

Empresa EUROPA

Política empresarial: notícias e análises

Publicação da Direcção-Geral da Empresa da Comissão Europeia

7

Abril-Junho de 2002

APOSTAR NA COMPETITIVIDADE
Defender as pequenas empresas

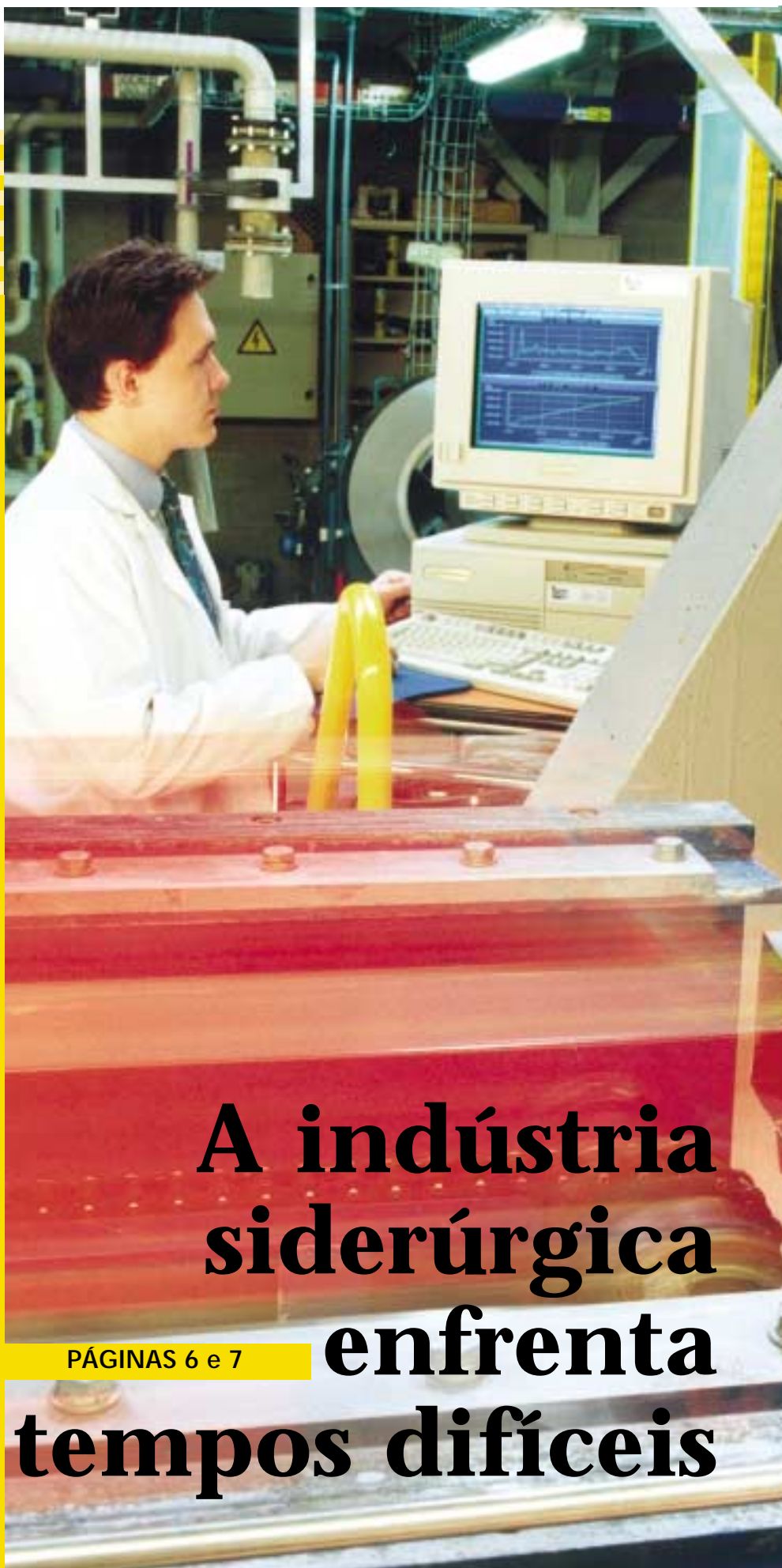


DIÁLOGO PME
Novo representante da
Comissão para as PME

INOVAÇÃO
Imposto sobre sociedades
e inovação

NOVA ECONOMIA
Crescimento dos contratos
públicos electrónicos

MERCADO ÚNICO
Aumentar a segurança dos
implantes mamários



**A indústria
siderúrgica
enfrenta
tempos difíceis**

PÁGINAS 6 e 7



Comissão
Europeia

EDITORIAL	
Pensar primeiro em pequena escala	3
APOSTAR NA COMPETITIVIDADE	
Defender as pequenas empresas	4
REFORÇAR A COMPETITIVIDADE	
A Europa prepara-se para tempos difíceis	6
DIÁLOGO PME	
Novo representante da Comissão para as PME	8
INOVAÇÃO	
Imposto sobre sociedades e inovação	10
Promover a inovação regional	11
NOVA ECONOMIA	
Responsabilidade social das empresas	12
Crescimento dos contratos públicos electrónicos	13
INDÚSTRIA	
As melhores técnicas disponíveis	14
Livro branco sobre as substâncias químicas	15



INDÚSTRIA SIDERÚRGICA, TEMPOS DIFÍCEIS
 A indústria siderúrgica da UE é altamente competitiva. Mas a manutenção de perspectivas favoráveis depende, em parte, de uma série de factores externos.
(páginas 6 e 7)

MERCADO ÚNICO	
Aumentar a segurança dos implantes mamários	16
Códigos de construção para a Europa	17
Mais tamanhos normalizados!	18
Melhores medicamentos para as crianças	19
MERCADO GLOBAL	
Aumentar a segurança dos implantes mamários	20
REGISTO	
Para uma Europa mais competitiva	21
Actualização dos PECA	21
Desenvolver a rede de EIC	22
Novas regras para os atrasos nos pagamentos	22
Publicações/Agenda	23

Publicação

Empresa Europa é um boletim gratuito publicado trimestralmente nas 11 línguas comunitárias pela Direcção-Geral da Empresa da Comissão Europeia:

Comissão Europeia
 Direcção-Geral da Empresa
 Unidade «Informação e Comunicação»
 Tel. (32-2) 299 23 98
 Fax: (32-2) 299 19 26

E-mail: enterprise-europe@cec.eu.int

As fotografias desta edição foram cedidas por Cockerill Sambre, Olivier Polet, Photodisc e para a La Fornarina de Raphaél: Service Image ARKE (UCL).

Ilustração de Edouard Aronson.

Informação editorial

Empresa Europa procura demonstrar como o fomento da empresa, inovação e espírito empresarial podem criar uma Europa de crescimento económico sustentado, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Encontra-se disponível no sítio Europa da Comissão (europa.eu.int/comm/enterprise/library) uma versão electrónica de *Empresa Europa*.

Poderá aí encontrar também informações regularmente actualizadas sobre assuntos de interesse para os leitores de *Empresa Europa*. Podem ser também consultadas em linha — sítios europa.eu.int e europa.eu.int/comm/enterprise — outras informações referentes à Comissão Europeia.

Editor: Andrew Boreham

Assinaturas:
europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe

Empresa Europa
 SC15-6/49
 B-1049 Bruxelles
 Fax (32-2) 299 19 26
 E-mail: enterprise-europe@cec.eu.int

© Comunidades Europeias, 2002
 Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

N.º de catálogo: NB-BH-02-007-PT-C



Há alguns anos atrás foi inventado o slogan «small is beautiful», que ainda hoje é perfeitamente actual. Mas a Comissão Europeia aposta agora numa mensagem ainda mais directa: «pensar primeiro em pequena escala». Uma máxima que visa garantir que a União Europeia, a todos os níveis do processo de tomada de decisões, coloca as necessidades das pequenas empresas no centro da sua actividade económica.

Pensar primeiro em pequena escala

Esta política tem fundamentos económicos sólidos. Há quase 20 milhões de empresas com menos de 50 trabalhadores na União – o equivalente a 99% de todas as empresas – que, no seu conjunto, empregam 74 milhões de pessoas. Se os governos não «pensarem primeiro em pequena escala», corre-se o risco de a opinião da maioria das empresas nunca ser escutada.

As pequenas empresas podem igualmente ter um papel fundamental para se atingirem as metas definidas há dois anos pelo Conselho Europeu de Lisboa de desenvolver uma economia competitiva baseada no conhecimento e de criar 20 milhões de novos empregos até 2010. A contribuição das PME e o empenhamento da UE em apoiar os seus interesses específicos foram consagrados expressamente com a aprovação da Carta Europeia das Pequenas Empresas.

Tal como revela um artigo publicado neste número de Empresa Europa, a última avaliação anual, sobre como estão a ser implementadas as recomendações estratégicas da Carta, revela que se realizaram progressos substanciais. São

também dados exemplos de métodos bem sucedidos que podem ser ensaiados noutros locais.

Mas é preciso ir mais longe. Uma questão que exige maior atenção é a garantia da representação efectiva dos interesses das pequenas empresas aos níveis da UE e nacional. Para enfrentar este problema, a Comissão criou um novo cargo de Representante para as PME. O primeiro titular deste cargo, Timo Summa, sintetiza neste número as suas primeiras prioridades e indica como tenciona assegurar que os seus colegas da Comissão pensem primeiro em pequena escala.

ERKKI LIIKANEN
Comissário para a Empresa e Sociedade da Informação



Defender as pequenas empresas

As empresas com menos de 50 trabalhadores têm um papel fundamental na actividade económica da União Europeia. A adopção, há quase dois anos, da Carta Europeia das Pequenas Empresas veio reafirmar a sua importância, com a máxima «pensar primeiro em pequena escala», que resume a essência da política da empresa da UE. Um novo relatório da Comissão Europeia analisa os progressos realizados na concretização das recomendações da Carta*

As pequenas empresas são uma fonte de emprego fundamental e um terreno fértil para a geração de ideias de negócios, estimulando a inovação, a criação de novos postos de trabalho e a promoção da integração social e local.

Tal como demonstra a adopção da Carta das Pequenas Empresas no Conselho Europeu da Feira, em Junho de 2000, a União está a procurar activamente formas de incentivar a criação e o crescimento destas empresas.

O último relatório identifica os pontos fortes e fracos que foram surgindo à medida que os Estados-Membros e a Comissão aplicavam as recomendações para criar um ambiente empresarial propício a estas empresas, muitas delas com menos de dez trabalhadores.

O relatório também sublinha a importância de «pensar primeiro em pequena escala». Se os governos não o fizerem, arriscam-se a nunca pensar nas empresas mais pequenas. E trata-se de um processo contínuo. Logo que se resolvem os problemas existentes, surgem outros para os quais se terão de procurar respostas.

Uma vez iniciado este processo de pensar primeiro em pequena escala, é preciso que se torne um hábito. Só assim a UE conseguirá beneficiar plenamente do enorme potencial das suas pequenas empresas, salienta o relatório.

Baseado em inquéritos ao trabalho desenvolvido pelos Estados-Membros e pela Comissão, o relatório anual conclui que se registaram progressos efectivos no apoio às pequenas empresas, estando outras medidas em curso de desenvolvimento.

O relatório salienta muitos exemplos de métodos bem sucedidos que, como sugere, podem ser reproduzidos noutros locais. Com efeito, observa que a diversidade das medidas constitui um ponto forte, mostrando que ainda há espaço para uma acção mais sistemática no seio da União.

Espírito empresarial e educação

Um domínio onde são visíveis progressos é no sistema educativo, dado que, no passado, a preparação para a actividade empresarial não era relevante. No entanto, este grau de preparação surge agora, de diferentes formas, em cerca de dois terços das escolas secundárias dos Estados-Membros.

Além do mais, na Alemanha, Espanha e Áustria foram instituídas disciplinas específicas em torno da criação e gestão de PME, e na

* Relatório sobre a implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas (COM(2002) 68 final).

Dinamarca, Irlanda, Portugal, Finlândia e Suécia existem cursos universitários sobre gestão e iniciativa empresarial.

Também houve progressos consideráveis no processo de criação de novas empresas. Em oito Estados-Membros (Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, Itália, Países Baixos, Áustria e Reino Unido) é agora possível criar uma empresa em nome individual em dois dias e com um custo inferior a 100 euros. Quanto às sociedades por quotas, dez Estados-Membros reduziram o prazo para menos de duas semanas.

Foram ainda introduzidas diversas medidas para incentivar a qualificação dos trabalhadores das PME. A Espanha, Itália, Áustria e Suécia, por exemplo, concedem incentivos fiscais para programas de formação na empresa, enquanto a Dinamarca, Irlanda, Áustria, Finlândia, Suécia e o Reino Unido oferecem cursos específicos para gestores de pequenas empresas.

O relatório revela que «houve progressos efectivos no apoio às pequenas empresas, estando outras medidas em curso de desenvolvimento».

No entanto, apesar destes progressos, a percentagem de trabalhadores que beneficiam de formação profissional na Europa continua a ser reduzida, mas poderá ser aumentada, segundo o relatório.

PME e financiamento

Para fomentar o aparecimento de novas empresas com potencial de crescimento, a maior parte dos Estados-Membros promove capital de risco para novas empresas de



Os pequenos precisam de cuidados adicionais

base tecnológica. Todavia, apesar de a oferta de capital de risco na fase inicial, seja de origem pública ou privada, ter aumentado nos últimos anos, os problemas financeiros das pequenas empresas têm-se agravado.

Isto deve-se, em parte, à deterioração da situação económica e também à reorganização do sector bancário. Por outro lado, o capital de risco tornou-se mais discreto e mesmo boas propostas de pequenas empresas podem não obter financiamento se não oferecerem garantias ou uma parte mais elevada do capital social.

O relatório sugere igualmente que se deverá lançar o apelo às autoridades públicas para que intensifiquem a comunicação electrónica com o sector das pequenas empresas. Isto permitiria às empresas receber aconselhamento, apresentar candidaturas, enviar declarações de impostos e obter informações em linha – um processo mais rápido e mais barato do que os métodos tradicionais. De qualquer modo, a utilização da Internet pelas microempresas aumentou de 40% em 1999 para 70% no último ano,

enquanto nas pequenas empresas progrediu de 67% para 81%.

Esta nova cultura de comunicação está bem implantada em França, Irlanda e Áustria, enquanto na Dinamarca, Alemanha e Grécia já existem, ou estão em desenvolvimento, portais para contratos públicos.

Estas tendências foram acompanhadas de sinais de um crescente empenhamento político, com governos e Comissão Europeia a tentarem simplificar a regulamentação, procurarem alternativas à legislação sempre que possível e a procederem a avaliações periódicas do respectivo impacto sobre as empresas.

Não obstante, é necessária uma representação mais efectiva dos interesses das pequenas empresas aos níveis comunitário e nacional. Embora a maior parte dos Estados-Membros ausculte de alguma forma a opinião dos interessados, o relatório salienta a necessidade de uma consulta mais sistemática para que os interesses das pequenas empresas sejam tidos em conta ao longo de todo o processo de tomada de decisões. ■

PAULA DUARTE GASPAR

@ CONTACTO:

entr-coord-enterpr-policy@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...

europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/charter/index.htm

europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/charter_directory/index.htm

A Europa prepara-se para tempos difíceis

Após anos de penosa reestruturação, a indústria siderúrgica europeia é a mais competitiva do mundo. Mas não está ao abrigo dos acontecimentos mundiais. Os responsáveis políticos defrontam-se agora com uma série de pressões externas, que passam pelo conflito relativo às novas



medidas restritivas dos EUA para proteger as empresas americanas através da redução das importações, até convencer os países candidatos à adesão de que a reestruturação da siderurgia é uma condição prévia essencial para o êxito do alargamento. São tempos difíceis os que temos pela frente e cabe à Europa um papel central para garantir a estabilidade dos mercados e velar pela credibilidade das regras do comércio mundial.

Pouco antes do Natal, a Usinor SA de França, a Arbed SA sediada no Luxemburgo e a Aceralia de Espanha fundiram-se e criaram a Arcelor, a maior empresa siderúrgica do mundo. Foi o apogeu de um processo de reestruturação permanente do sector na Europa, que levou a uma redução de capacidade da ordem dos 70 milhões de toneladas, e à perda de mais de meio milhão de postos de trabalho, nos últimos 20 anos.

Apesar destes resultados, a indústria siderúrgica tem pela frente tempos difíceis, devido à desaceleração da procura e à quebra dos preços resultantes do recente abrandamento económico, agravado pelos sérios problemas de excesso de capacidade em muitos países produtores. Infelizmente, os esforços de reestruturação na Europa não foram acompanhados noutras partes do mundo, incluindo nos EUA.

A crescente sensibilidade política dos problemas siderúrgicos levou à criação de um grupo de Comissários, presidido por Erkki Liikanen, Comissário para a Empresa, e que inclui os

Comissários responsáveis pelas áreas do comércio, concorrência e alargamento, bem como pelas políticas económica, social e externa, com o objectivo de dar uma resposta coerente a estes desafios.

Defender mercados abertos

Más notícias vieram do outro lado do Atlântico, onde cerca de 30 empresas siderúrgicas americanas, falidas e a trabalharem com muitos milhões de dólares de pensões e seguros médicos de passivo, convenceram o Presidente George W. Bush a introduzir direitos aduaneiros até 30% sobre uma vasta gama de importações de aço, enquanto procedem à necessária reestruturação.

Esta medida drástica prejudicará as habituais exportações da UE para os EUA e conduzirá a uma maior pressão sobre o mercado interno da UE – já o maior importador de aço do mundo, com mais de 20 milhões de toneladas por ano –, quando outros produtores, encerrado o mercado dos EUA, procurarem um mercado alternativo.

A Comissão contesta fortemente a decisão dos EUA. Afirma que as restrições de importações violam as regras da Organização Mundial de Comércio e vai apresentar queixa contra as mesmas. Alega que as dificuldades americanas se devem à falta de reestruturação e não às importações dos EUA, que aliás diminuíram um quarto no último ano, período durante o qual as importações da UE atingem níveis máximos.

A Comissão introduziu um sistema de vigilância para controlar as importações na UE. A União declarou estar preparada para aplicar medidas de salvaguarda, embora respeitando as regras do comércio multilateral, e para proteger as empresas europeias dos efeitos negativos de qualquer desvio importante do comércio na sequência das medidas dos EUA.

Alguns observadores experientes não ficaram surpreendidos com as decisões dos EUA, que parecem dar prioridade às pressões internas em vez de respeitarem as regras do comércio internacional. No entanto, as medidas dos EUA, que aplicaram aos produtos

de aço de alta qualidade exportados da Europa direitos aduaneiros (30%) superiores aos recomendados pela Comissão do Comércio Internacional dos EUA, foram excessivamente graves. Este exemplo demonstra, aliás, que nunca se podem considerar garantidos os esforços desenvolvidos para criar, e consequentemente fazer respeitar, um conjunto de regras para assegurar o sistema de comércio multilateral. Os responsáveis políticos europeus estão decididos a resistir à tentação de uma reacção de curto prazo em detrimento dos interesses a longo prazo da economia europeia, nomeadamente da sua indústria siderúrgica, e da estabilidade mundial.

Siderurgia e alargamento da União

Esta questão tornou-se uma prioridade política depois do compromisso assumido pela UE, em Dezembro de 2001, de concluir as negociações de adesão até ao final de 2002 com os países já preparados. É preciso ainda chegar a acordo sobre a aplicação das regras comunitárias em matéria de concorrência e de auxílios estatais.

Em causa está a apresentação, por alguns países candidatos, de planos credíveis de reestruturação do sector siderúrgico. Trata-se de um passo essencial para eliminar um obstáculo às negociações do alargamento, que só será cumprido mediante compromissos firmes de racionalização das suas empresas, de modo a que estas possam estar em condições de concorrer, em pé de igualdade, sem auxílios estatais, com as empresas da UE. Contudo, não são suficientes progressos no sentido da reestruturação. A Comissão enviou uma mensagem clara de que o prazo está a chegar ao fim e que dentro de semanas têm de

ser apresentados planos credíveis. Tanto a UE como os países candidatos têm razões para desejar uma estrutura industrial próspera e moderna na Europa Central e Oriental, capaz de contribuir para o desenvolvimento económico e de proporcionar empregos sustentáveis.

Para lá do Tratado CECA

Tudo isto se passa tendo por pano de fundo o fim do Tratado Europeu do Carvão e do Aço, em Julho próximo. A base original em que assenta hoje a União, o Tratado, com a atenção dada às questões sociais e económicas e à melhor utilização dos recursos, revelou clarividência, há meio século, para centrar na sustentabilidade os esforços para recuperar a paz e a prosperidade à Europa.

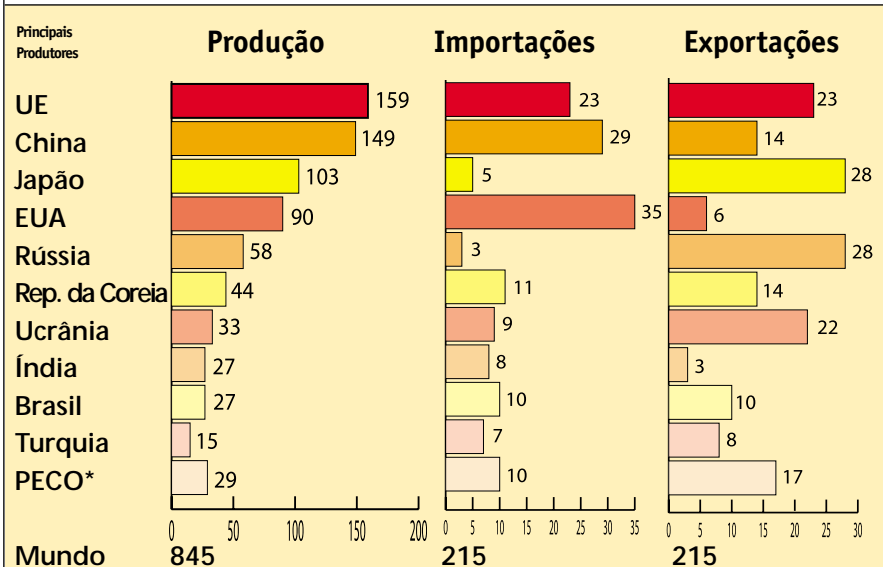
O Tratado foi utilizado ao longo dos anos para criar uma indústria siderúrgica europeia viável e competitiva, capaz de funcionar sem intervenção governamental. Hoje o seu objectivo

está cumprido. Mas um dos seus princípios fundamentais - o controlo rigoroso dos auxílios estatais e uma reestruturação orientada pelo mercado - continua actual.

A Comissão adoptou orientações para assegurar que os auxílios regionais ao investimento e à recuperação das empresas siderúrgicas continuam a ser proibidos, sendo ainda rigorosamente controlados e limitados os apoios públicos a favor da I&D e da protecção do ambiente, bem como medidas para encorajar o encerramento completo ou parcial de unidades de produção. Estas regras serão aplicáveis às empresas comunitárias e dos países candidatos, e a Comissão gostaria que fossem adoptadas como modelo por outros produtores importantes, para promover uma reestruturação orientada pelo mercado, mas que, ao mesmo tempo, tenha em conta as necessidades sociais.

ALBERTO CANEVALI

PRODUÇÃO SIDERÚRGICA MUNDIAL 2000 (MILHÕES DE TONELADAS)



* Países da Europa Central e Oriental

Fonte: Comissão Europeia

CAMPANHA DE IMAGEM DA SIDERURGIA 2001-2003



@ CONTACTO:

alberto.canevali@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...

europa.eu.int/comm/enterprise/steel

Timo Summa: novo Representante da Comissão para as PME

Timo Summa, Director da DG da Empresa responsável pela promoção do espírito empresarial e das pequenas e médias empresas, é o primeiro representante da Comissão Europeia para as PME. Summa explica o significado deste novo cargo criado no início do ano.



Existem quase 20 milhões de PME na União, que são a espinha dorsal da economia europeia. Empregam 74 milhões de pessoas e têm um papel importante a desempenhar para se atingirem, até ao final da década, as metas estabelecidas há dois anos pelo Conselho Europeu de Lisboa para garantir que a Europa se converta na economia do conhecimento mais competitiva do mundo.

Para atingir este objectivo são precisas PME competitivas e eficientes, que possam desenvolver-se e crescer, bem como um número crescente de novas empresas dinâmicas e em fase de arranque.

Isto significa que deve ser dada prioridade ao fomento do espírito empresarial e à criação do melhor ambiente empresarial possível, seja para aceder à inovação e ao financiamento, seja para beneficiar plenamente do mercado único. Além disso, as PME devem participar sem quaisquer obstáculos nos programas comunitários em domínios como a formação, I&D e inovação.

A minha nomeação para o cargo de representante para as PME reflecte a abordagem «pensar primeiro em pequena escala», constante tanto do Programa Plurianual da Empresa e Espírito Empresarial, como da Carta Europeia das

Timo Summa Nacionalidade: finlandês

Educação	Ph.D em Economia na Faculdade de Economia e Administração de Empresas de Helsínquia
1979-1987	Director nalgumas federações da indústria na Finlândia
1988-1994	Cargos de direcção em sociedades de capital de risco e empresas
1995-2000	Comissão Europeia, Director, DG das Relações Externas
2001	Comissão Europeia, Director, DG da Empresa

Pequenas e Médias Empresas, adoptada no Conselho Europeu da Feira em Junho de 2000. São estes documentos que constituem agora o quadro de quaisquer medidas, não apenas para os Estados-Membros existentes, mas também para os países candidatos, na definição das suas políticas empresariais.

Um dos objectivos da Carta é exactamente desenvolver uma representação mais forte e mais eficaz dos interesses das pequenas empresas ao nível da UE. A criação do cargo de

representante para as PME constitui um passo importante nesse sentido.

Missão do representante para as PME

O meu principal objectivo é estabelecer ligações directas e estreitas entre a Comissão e o mundo das PME. Atribuo grande importância a este diálogo, para que os interesses e as necessidades das empresas sejam claramente identificados e transmitidos aos serviços competentes da Comissão. É preciso dar atenção às PME, incluindo as pequenas e as microempresas, e recolher as suas opiniões, para garantir que as suas preocupações são tidas em conta e que são implementadas medidas adequadas e eficientes.

Esta tarefa irá complementar iniciativas anteriores da DG da Empresa, como a Avaliação do Impacto das Empresas, que tem por objectivo avaliar o impacto da legislação comunitária nas empresas, ou o Grupo de Política da Empresa, que ajuda a Comissão a tomar decisões sobre iniciativas no domínio da política empresarial, nos quais as PME já estão representadas.

Além disso, o estabelecimento de um diálogo permanente com as PME está em linha com as orientações do Livro Branco da Comissão sobre Governança Europeia, de Julho último. Assim, vai ajudar-nos a desenvolver um processo de tomada de decisões mais transparente e assente em melhores consultas.

Primeiras iniciativas

Funcionando como uma interface entre a Comissão e o mundo das pequenas empresas, darei prioridade a encontros com as PME e com os seus representantes para as escutar, não apenas a nível europeu, mas também nacional. Estes intercâmbios abrangerão questões concretas de política da empresa de interesse actual, como a melhoria do ambiente financeiro, o desenvol-



vimento de serviços de apoio de alta qualidade às PME ou a garantia de um acesso mais fácil aos programas europeus.

Para além destes aspectos políticos, o meu objectivo é assegurar que é dada resposta atempada e adequada às perguntas e pedidos das PME ou dos seus órgãos representativos (por exemplo, no que se refere a informações sobre legislação ou programas comunitários). Isto será feito em coordenação com as redes existentes, como os Euro Info Centros, que já prestam informações e aconselhamento às PME e dão anualmente resposta a cerca de 400 000 perguntas sobre necessidades práticas das empresas, que vão desde pedidos de assistência no domínio da cooperação empresarial ou informação de mercados, até contratos públicos, avisos de concursos, normas e certificação ou comércio electrónico.

Finalmente, vou impulsionar as relações entre as organizações de PME e outros serviços da Comissão cujas

actividades possam beneficiar ou ter efeitos sobre as pequenas empresas. Darei orientações sobre qual o serviço competente a contactar, e pretendo reforçar na Comissão a sensibilização para as necessidades e preocupações específicas das PME quando é elaborada nova legislação ou são concebidos e implementados programas de apoio.

Estou profundamente consciente das características específicas das pequenas empresas e das empresas artesanais e garantirei que as mesmas serão tidas devidamente em conta. ≡

TIMO SUMMA

@ CONTACTO:

Timo Summa
Emmanuel Berck
ENTR-SME-ENVOY@cec.eu.int
Fax: +32.2.29-94143

TELECARREGAMENTO...

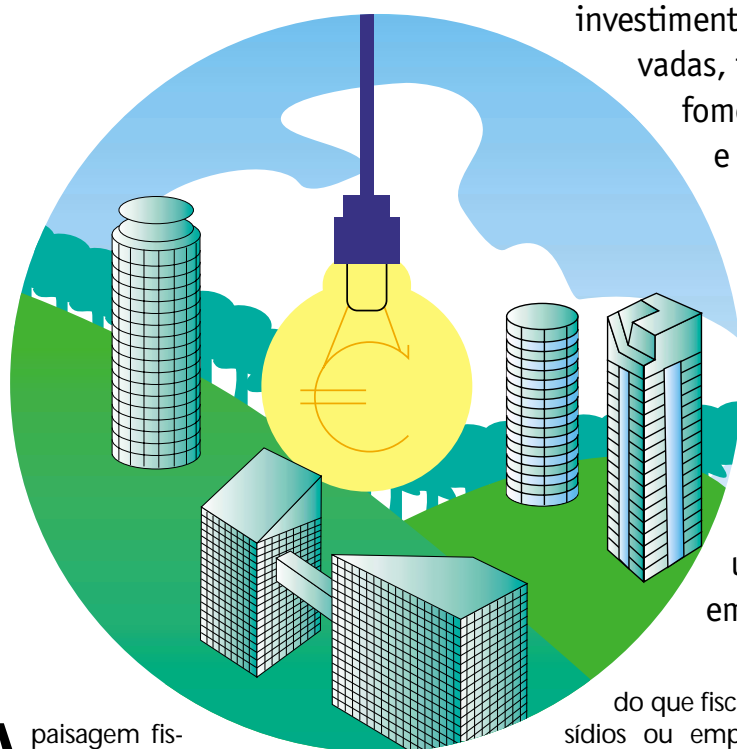
europa.eu.int/comm/enterprise/networks/eic/eic.html

Imposto sobre sociedades e inovação

A política fiscal é um instrumento fundamental para os governos poderem orientar as decisões de

investimento em I&D das empresas privadas, incentivarem a inovação e fomentarem a competitividade e o crescimento económico.

Um estudo financiado pela Comissão* procura estimular um debate esclarecido entre responsáveis políticos acerca do imposto sobre as sociedades e a inovação, apresentando os problemas em questão e um panorama das práticas em vigor na Europa.



A paisagem fiscal na Europa é um mosaico de diferentes regimes de impostos, que continuam a ser da competência dos governos nacionais. Reflectem as diferentes prioridades internas, bem como as tradições e os ambientes empresariais. Este facto torna difícil apontar uma única medida fiscal que incentive a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico (IDT) e transferi-la pura e simplesmente para outro contexto económico.

No entanto, uma análise das políticas actuais, que examine o seu fundamento e as suas características distintivas, pode identificar exemplos de práticas de tributação e permitir uma maior compreensão das vantagens e desvantagens de determinados incentivos fiscais ou medidas de isenção fiscal.

As diversas abordagens adoptadas pelos Estados-Membros para incitar a IDT a aumentar a inovação e a competitividade reflectem os seus diferentes objectivos. Na Finlândia, Suécia e Alemanha, por exemplo, recorre-se mais a incentivos financeiros

do que fiscais, sob forma de subvenções, subsídios ou empréstimos com juros bonificados, uma vez que podem ser orientados para actividades e sectores tecnológicos fundamentais que os governos consideram prioritários.

Por outro lado, países como Portugal, Espanha e Itália, com índices mais fracos em termos de inovação, tal como medidos pelo Painel Europeu da Inovação, adoptaram programas gerais de incentivos fiscais. Estes programas permitem aos governos tentar incentivar a despesa numa vasta gama de actividades de inovação, em oposição a sectores específicos. Também permitem às empresas estabelecer as suas próprias prioridades internas.

Definir inovação

Devido às definições legais que regulam esta matéria, a I&D é a actividade de inovação tecnológica apoiada mais frequentemente no âmbito do imposto sobre as sociedades. Mas o relatório independente financiado pela Comissão realça que o conceito de inovação é muito mais vasto e sugere que outros aspectos, como a transferência de tecnologias, devem poder beneficiar de maior apoio.

* Imposto sobre as sociedades e inovação. Relatório EUR n.º 17035. ISBN n.º 92-894-3019-

A Espanha oferece um exemplo interessante. Reformulou recentemente o seu regime de incentivos e é o primeiro Estado-Membro a ter uma definição abrangente de inovação na sua legislação fiscal. Isto permite que o governo conceda incentivos para várias actividades, como projectos industriais e aquisição de tecnologia, que outros países tradicionalmente optaram por não apoiar.

As medidas fiscais representam um custo ou uma perda de receitas para as autoridades públicas, mas uma vantagem para os beneficiários e podem por isso ser consideradas «auxílios estatais». É essencial um controlo rigoroso destes auxílios para o mercado funcionar correctamente. O actual Enquadramento comunitário dos auxílios a favor da I&D, que deverá ser actualizado até Junho, estabelece as regras comunitárias a respeitar neste domínio.

O relatório salienta ainda que os principais beneficiários da maior parte dos incentivos fiscais são grandes empresas e que a taxa de absorção pelas PME continua a ser inferior ao que os governos desejariam. Para remediar esta questão, o relatório recomenda que os incentivos sejam de fácil compreensão e simples de administrar, com definições claras das actividades elegíveis.

Os incentivos fiscais que contemplam a aquisição de novas tecnologias da informação e a promoção da qualidade e do design em Espanha, e o crédito fiscal que o Reino Unido aplica actualmente a favor da I&D e destinado especificamente às PME, são apontados como exemplos a ser seguidos de medidas financeiras de apoio às pequenas empresas. Outras iniciativas interessantes incluem o crédito de imposto italiano destinado às acções de formação, os incen-

tivos fiscais neerlandeses para a contratação de pessoal de investigação e as deduções fiscais em França para incentivar as empresas.

As conclusões do estudo poderão também ajudar, no contexto do alargamento da UE, a incitar o debate político sobre incentivos fiscais, para impulsionar os resultados da inovação empresarial nos países candidatos. ≡

TELECARREGAMENTO...

www.cordis.lu/innovation-smes/src/studies.htm

www.cordis.lu/innovation-smes/src/policy.htm

Promover a inovação regional

Na nova economia global, a competitividade da Europa depende da sua capacidade para explorar plenamente os seus recursos em termos de conhecimento, competência e iniciativa empresarial.

As autoridades regionais podem desempenhar um papel fundamental neste âmbito, mobilizando empresas, ligando-se em rede às empresas locais, estabelecendo contactos em matéria de investigação e criando pontes para outras regiões da União.

Desde o início dos anos 90 que a Comissão reconheceu a importância deste contributo regional e já ajudou mais de 100 regiões a desenvolverem políticas coerentes de inovação.

Esta tendência vai ser prosseguida com a expansão da rede de Regiões Inovadoras da Europa (RIE) e com a maior atenção dada à dimensão regional da política de investigação e inovação constante do Sexto Programa-Quadro de Investigação, que vigorará até 2006.

A terceira reunião plenária das RIE, que se realizará em Stratford-upon-Avon (Reino Unido), a 17 e 18 de Junho, será uma oportunidade para avaliar os progressos nesta área e debater o futuro da política regional de inovação.

Esta conferência, após eventos idênticos em Bruxelas (1998) e Madrid (2000), reunirá todos os membros da rede das RIE e tem por objectivo reforçar a cultura

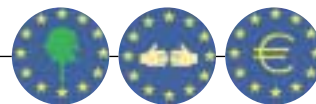
empresarial, oferecer oportunidades de ligação em rede e intercâmbio de boas práticas e examinar as novas estratégias regionais de inovação que estão a ser lançadas nos países candidatos à adesão à UE. ≡

@ CONTACTO:

Jacqueline.Lostao@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...

www.innovating-regions.org



Responsabilidade social das empresas: expectativas dos intervenientes

A Comissão Europeia recebeu cerca de 250 respostas de empresas, sindicatos, organizações não governamentais e particulares ao Livro Verde de Julho último sobre a responsabilidade social das empresas (ver Empresa Europa nº 5). Estas reacções contribuirão para a formulação da proposta política que tenciona apresentar até ao Verão.

Será que as empresas têm interesse em exceder, a longo prazo, as suas obrigações sociais e ambientais e em revelar um comportamento ético elevado? Esta é uma das questões mais pertinentes suscitada no debate lançado no ano passado pelo Livro Verde da Comissão sobre a responsabilidade social das empresas (RSE).

As respostas ao documento de consulta sugerem que existe um vasto consenso sobre a necessidade de as empresas terem em conta o impacto social, económico e ambiental das suas acções – a designada «linha de base tripla». Muitas empresas salientam a interligação entre responsabilidade social das empresas e a questão mais ampla do desenvolvimento sustentável.

No entanto, as empresas defendem, ao mesmo tempo, que a RSE é um conceito facultativo. Qualquer tentativa para o regular iria dificultar a criatividade das empresas e reduzir a sua motivação para fazer mais do que as suas responsabilidades legais exigem. Sublinham ser preciso flexibilidade para permitir que as empresas adaptem as práticas às suas condições específicas, excluindo uma abordagem do tipo «igual para todos».

As empresas referem que as suas possibilidades de contribuir para o progresso social e ambiental são limitadas. A responsabilidade principal é

dos governos e as iniciativas das empresas complementam, mas não substituem, as políticas públicas.

Existe igualmente um sentimento muito forte na comunidade empresarial de que quaisquer medidas para desenvolver a responsabilidade social das empresas devem ser implementadas a nível mundial e não apenas europeu, uma vez que normas específicas da UE poderiam impor às empresas prioridades contraditórias.

De um modo geral, as empresas consideram que a Comissão se devia limitar a um papel facilitador, concentrando-se em acções de promoção da sensibilização e dos conhecimentos acerca dos benefícios da RSE e de incentivo do intercâmbio de boas práticas entre as empresas.

Sindicatos e ONG

Para os sindicatos este conceito está associado às relações laborais e gostariam de o ver desenvolvido num quadro regulamentar que define exigências mínimas. Preferiam igualmente um diálogo com os empregadores para estabelecer uma definição clara de responsabilidade social das empresas.

As organizações não governamentais representativas de diversas áreas (direitos humanos, comércio, ambiente e social) estão a seguir de perto o debate em curso e consideram a RSE como fazendo parte do

contexto mais amplo de desenvolvimento sustentável.

São claramente a favor de uma identificação do que se espera das empresas (com base em acordos internacionais), do recurso a instrumentos regulamentares (como a obrigação de comunicar o desempenho social e ambiental) e da criação de iniciativas políticas eficazes para promover um comportamento empresarial responsável.

A Comissão, depois de analisar plenamente estas respostas, tenciona apresentar em Julho uma proposta política de uma abordagem a nível da UE da responsabilidade social das empresas. ≡

JÜRGEN SCHEFTLEIN

@ CONTACTO:

Jurgen.Scheftlein@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...

europa.eu.int/comm/employment_social/soc-dial/csr/greenpaper.htm

europa.eu.int/comm/employment_social/soc-dial/csr/csr_responses.htm

Crescimento dos contratos públicos electrónicos

O número de publicação em linha de contratos públicos está a aumentar, permitindo economias e benefícios quer às administrações públicas quer às empresas. O programa comunitário de intercâmbio electrónico de dados entre administrações (IDA) está a recolher e publicar exemplos das melhores práticas.

O plano de acção eEurope identificou os contratos públicos electrónicos («eProcurement») como uma área fundamental em que o progresso tecnológico pode ter um impacto significativo. A publicação dos concursos em linha aumenta a transparência e reduz os custos.

O Ministério do Equipamento francês, por exemplo, calcula que a utilização do seu sistema de contratos públicos electrónicos, SAOMAP, permite economizar mais de 150 milhões de euros às empresas e um valor equivalente para a administração.

Para além dos benefícios financeiros, os contratos públicos electrónicos proporcionam maior visibilidade e processos administrativos mais simples, e oferecem ainda maior facilidade de acesso aos mercados mundiais. Estes novos horizontes podem beneficiar particularmente as PME, permitindo-lhes procurar oportunidades fora do contexto nacional.

Para as administrações públicas, os contratos públicos electrónicos podem ser um processo contínuo, que vai da preparação e notificação e publicação electrónicas do concurso, até ao pagamento final e encerramento do contrato. Podem aqui incluir-se a recepção de propostas por via electrónica, a avaliação, adjudicação do contrato, elaboração e gestão do contrato electronicamente e realização dos pagamentos em linha.

Para as empresas possibilita o recurso a técnicas de pré-selecção automática

para procurar propostas interessantes, perante um leque de escolhas potencialmente à escala mundial. Permite igualmente a utilização de formulários-tipo electrónicos, que só têm de ser preenchidos uma vez, a entrega da proposta por via electrónica, a assinatura do contrato em linha e a facturação electrónica.

MELHORES PRÁTICAS DE CONTRATOS PÚBLICOS ELECTRÓNICOS

Exemplos de contratos públicos electrónicos que podem ser consultados no sítio Web do programa IDA:

- SAOMAP (França),
- SILICE (Espanha),
- Conselho de Aquisições do Governo de Vitória (Austrália),
- Contratos públicos electrónicos comuns (Governo Federal belga),
- Agência Espacial Europeia e Serviço de Comércio do Governo (RU)
- eTenders (Irlanda).

Evitar as ciberfronteiras

No entanto, o acesso na União aos contratos públicos electrónicos transfronteiras só é possível se se puderem evitar as barreiras (designadas «ciberfronteiras») através de um elevado grau de interoperabilidade. A Comissão já está a resolver estes desafios através dos seus programas SIMAP e TED, que dão informações gerais sobre os mercados dos contratos públicos e facilitam a pesquisa de concursos no Jornal Oficial da UE, respectivamente.

Embora estes dois projectos abranjam a fase de publicação, o programa IDA já

aborda as questões transfronteiras em todas as fases do processo dos contratos públicos. Entre as ciberfronteiras já identificadas incluem-se:

- falta de interoperabilidade entre diferentes assinaturas electrónicas,
- falta de interoperabilidade entre cartões inteligentes e leitores de cartões inteligentes utilizados como dispositivos de assinatura,
- falta de normas para catálogos electrónicos e
- falta de normas para interpretar conteúdo dos documentos em linguagem de marcação extensível (XML).

Os estudos de casos e as medidas para eliminar as ciberfronteiras são complementados por reuniões periódicas de peritos que trabalham neste domínio nos Estados-Membros, no Espaço Económico Europeu e na Comissão, a fim de trocarem informações e experiências. ≡

ALEJANDRO MOYA

@ CONTACTO:

Alejandro.moya@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
europa.eu.int/ISPO/ida/
<http://ag.idaprog.org/Indis35Prod/doc/417>
ted.eur-op.eu.int
simap.eu.int



As melhores técnicas disponíveis afectam a competitividade?

Em que medida é que a adopção das melhores técnicas disponíveis para garantir um elevado grau de protecção ambiental afecta a competitividade das empresas europeias? A resposta consta de um novo relatório do Instituto das Tecnologias Prospectivas, sediado em Sevilha.*

Milhares de empresas da UE são agora abrangidas por um novo regime de autorização «integrado», introduzido pela Directiva relativa à prevenção e controlo integrados da poluição (96/61/CE).

Esta legislação recorre ao conceito de melhores técnicas disponíveis (BAT) como instrumento central para alcançar um elevado nível de protecção das várias vertentes ambientais. Os limites de emissão e as condições de exploração indicadas nas licenças têm em conta as características técnicas da fábrica, a sua situação geográfica e as condições ambientais locais.

Este processo é aplicado desde 1999 às novas instalações, e as já existentes têm de o passar a respeitar até 2007. O seu âmbito é muito vasto, abrangendo não só o sector energético, mas também empresas de produção e transformação de metais, minerais, químicas, de gestão de resíduos, têxteis, papel e transformação de alimentos.

Para avaliar o impacto destas normas BAT na competitividade das empresas europeias, uma equipa multidisciplinar dirigida pelo Prof. David Hitchens examinou no Instituto de Estudos de Tecnologias Prospectivas, em Sevilha, os resultados de estudos de casos que envolveram as indústrias do cimento, papel e pasta de papel e metais não ferrosos.

Foi comparada a eficiência económica de fábricas que operam com e sem as condições BAT, tanto na União como noutras regiões do mundo. O estudo teve em conta o impacto da concorrência externa e outros factores, como a regula-

mentação ambiental, que afectam a competitividade global de uma empresa e a sua viabilidade comercial.

Apelo a uma implementação prudente

O relatório conclui que as fábricas que já adoptaram as melhores técnicas disponíveis e atingiram um bom desempenho ambiental são viáveis a longo prazo. Muitas vezes tratam-se de instalações de grande dimensão, já fortemente competitivas, com elevado grau de produção, pessoal altamente qualificado e que investem acima da média em I&D.

É óbvio que estas vantagens influenciam o custo do investimento nas BAT e o seu respeito, mas não se provou que as suas exigências impediram estas empresas de continuarem competitivas, a nível nacional e internacional.

No entanto, tal não quer dizer que a adopção precoce das condições BAT por outros operadores num determinado sector industrial não tenha qualquer impacto ou tenha pouco na sua eficiência competitiva.

O relatório salientou que há muitas instalações onde é importante uma implementação prudente, baseada numa ponderação cautelosa dos planos de aperfeiçoamento económico e ambiental e das limitações da própria empresa, para se atingir um rendimento ambiental e económico sustentável, sem correr o risco de encerramento.

Concluiu que o impacto das BAT nos diversos sectores industriais depende da forma como o

* O Impacto das Melhores Técnicas Disponíveis (BAT) na Competitividade da Indústria Europeia (EUR 20133 NE)



conceito é implementado nos Estados-Membros e do grau de interacção das autoridades com a indústria para fazer respeitar as condições BAT.

Para apoiar as autoridades a formular as normas BAT, o Gabinete Europeu de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição, em consulta com as empresas e peritos nacionais, está a elaborar documentos de referência para cada sector. Até à data já foram concluídos 8, abrangendo domínios como o ferro e o aço, o papel e a pasta de papel, estando em curso mais 22.

Estes documentos de referência a nível da UE destinam-se a fornecer uma abordagem mais coerente no âmbito da União pelas autoridades responsáveis pela emissão das necessárias licenças. Contribuem igualmente para criar condições de igualdade para as empresas e para a troca de informações sobre as melhores técnicas disponíveis já identificadas.

Para divulgar as conclusões do relatório e aumentar a sensibilização para a necessidade de implementar as BAT de forma sustentável e competitiva, a DG da Empresa vai organizar um seminário sobre os aspectos económicos da Directiva PCIP, a 16 de Maio de 2002, em Bruxelas. ☰

CAROLINE HAGER

@ CONTACTO:

Caroline.Hager@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
[europa.eu.int/comm/enterprise/
library/lib-environment/
lib-environment.html](http://europa.eu.int/comm/enterprise/library/lib-environment/lib-environment.html)

Livro Branco sobre as substâncias químicas: progressos até à data

O Livro Branco publicado no ano passado e intitulado «Estratégia para a futura política em matéria de substâncias químicas», apresentava a abordagem da Comissão em relação ao sector para as próximas duas a três décadas e tinha por principal objectivo assegurar um desenvolvimento sustentável (ver Empresa Europa nº 3). Desde então houve uma evolução assente em três grandes acontecimentos.



Primeiro, outras instituições da UE e vários interessados reagiram às propostas exprimindo um conjunto de opiniões políticas e técnicas. A Comissão, sempre que possível, terá em conta estas opiniões na elaboração de futuras propostas políticas.

Em segundo lugar, a criação de oito grupos de trabalho permitiu uma vasta consulta de especialistas dos Estados-Membros e de organizações do sector e não governamentais. Esta consulta, por seu lado, levou à formação de 72 sub-grupos que elaboraram cerca de 180 documentos técnicos.

Em terceiro lugar foram iniciados dois estudos. O primeiro é uma avaliação custo-benefício, que examina as implicações financeiras das várias hipóteses de implementação apresentadas no Livro Branco. Foram elaborados cenários de custos baixos, médios e elevados, e as empresas e ONG foram convidadas a dar as suas opiniões.

O segundo estudo examina a viabilidade da entidade central proposta, que assistirá a Comissão no tratamento dos pedidos de registo e

de autorização de substâncias químicas. Entre as opções exploradas está a possibilidade de alargar o Gabinete Europeu de Produtos Químicos, já existente na União, ou a criação de uma agência independente, como a Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos, sediada em Londres.

A Comissão está, neste momento, a avaliar toda a documentação disponível e antes de apresentar propostas legislativas terá plenamente em conta estes dois estudos. O primeiro, sobre custo-benefício, será apresentado conjuntamente pelas DG da Empresa e do Ambiente numa conferência a realizar a 21 de Maio. Os Estados-Membros, o sector e as ONG serão convidados e o Comissário Liikanen abrirá os trabalhos.

REINHARD SCHULTE-BRAUCKS

TELECARREGAMENTO...
[http://europa.eu.int/comm/
enterprise/chemicals/planner.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/chemicals/planner.htm)

Aumentar a segurança dos implantes mamários



É cada vez maior o número de mulheres que na Europa recebem implantes mamários, seja para cirurgia reconstrutiva ou por razões estéticas. Garantir uma maior segurança dos implantes mamários implica um reforço dos requisitos de segurança dos produtos e o aumento da qualidade e quantidade da informação disponibilizada aos médicos e às pacientes.

Os números estão seguramente incompletos, mas calcula-se que 75%-80% das intervenções cirúrgicas na Europa para implantes mamários são realizadas por razões estéticas e as restantes por motivos clínicos. As mulheres que pretendem fazer estas operações precisam de estar cientes das vantagens e desvantagens dos implantes, para poderem tomar uma decisão esclarecida e cuidadosamente ponderada.

Para reforçar as regras de segurança, os implantes mamários estão a ser reclassificados, a fim de integrarem a classe de maior segurança nos termos da legislação comunitária relativa aos dispositivos médicos. A reclassificação faz parte de um conjunto de medidas anunciadas na Comunicação da Comissão de Novembro de 2001 sobre as medidas comunitárias e nacionais respeitantes aos implantes mamários. Entre essas medidas inclui-se um pedido ao Comité Europeu de Normalização (CEN) para reforçar as exigências da norma europeia sobre implantes mamários.

A comunicação apela igualmente aos Estados-Membros para adoptarem, em consulta com todas as partes interessadas, incluindo as organizações de pacientes e grupos de apoio, medidas com vista ao estabelecimento, a nível nacional, de



uma política de informação adequada e abrangente da paciente.

Os progressos neste domínio foram um dos temas principais numa reunião em Madrid em Janeiro deste ano, organizada pela Presidência espanhola da UE, que contou com representantes dos Estados-Membros e dos países candidatos à adesão à UE e da EFTA.

Petição ao Parlamento Europeu

O impulso para aumentar a segurança dos implantes mamários foi dado há quatro anos, quando um grupo de mulheres que tinham recebido implantes mamários de gel de silicone apresentou uma petição ao Parlamento Europeu. Esta iniciativa levou o PE a encomendar um estudo independente a consultores científicos sobre os "Riscos para a saúde resultantes dos implantes de silicone em geral, com especial atenção para os implantes mamários".

O estudo confirmou a falta de provas científicas para estabelecer uma relação entre as doenças e os implantes de gel de silicone. Mas salientou que poderiam ocorrer problemas, devido principalmente à concepção e às características do produto.

Apontava, designadamente, para sangramentos (difusão de pequenas moléculas do líquido componente da silicone através do invólucro), contracção capsular (encolhimento da cápsula fibrosa, que se revela por um endurecimento aparente da mama) e ruptura do invólucro (fenómeno que se pode dever ao manuseamento e a trauma).

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

A comunicação apresenta uma série de recomendações sobre a informação das pacientes, que estão agora a ser implementadas a nível nacional.

- Convida os Estados-Membros, em consulta com todas as partes interessadas, incluindo organizações de pacientes e grupos de apoio, a adoptarem medidas de aplicação, a nível nacional, de um sistema de informação adequado e abrangente para as mulheres interessadas em receber um implante mamário.

- Tal deve ser acompanhado da confirmação, por escrito, do consentimento da paciente. O procedimento de consulta pode também incluir um «período de reflexão» e a possibilidade, tal como sugerida pela Comissão, de se estabelecer uma idade mínima para quem pretenda submeter-se à intervenção.

- Como parte da política de informação e atendendo aos potenciais riscos envolvidos, os Estados-Membros são convidados a ponderarem medidas para assegurar que a publicidade a esses produtos dê informações equilibradas e aconselhe as potenciais pacientes a procurar aconselhamento independente e adequado.

Em debates posteriores entre a Comissão, as autoridades nacionais e o Parlamento Europeu, que deu todo o apoio à Comissão, gerou-se um amplo consenso sobre a necessidade de uma política comunitária neste domínio.

CORNELIS BREKELMANS

@ CONTACTO:

Antonio Lacerda de Queiroz

Antonio.Lacerda@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
europarl.eu.int/stoa/publi/pdf/99-20-02_en.pdf
europa.eu.int/comm/enterprise/medical_devices/index.htm

Códigos de construção para a Europa

O Comité Europeu de Normalização (CEN), com o apoio da Comissão, está actualmente a elaborar um série de Eurocódigos, que irão eventualmente constituir um conjunto de 58 normas com regras de projectos para edifícios, obras de engenharia civil e outras intervenções estruturais.

O objectivo é convertê-los em normas recomendadas, utilizadas em toda a União, para projectar obras de construção e verificar a sua conformidade com determinados requisitos essenciais, como a resistência mecânica e a estabilidade, segurança na utilização e em caso de incêndio. As primeiras duas normas foram aprovadas no ano passado e em 2002 devem ser concluídas mais oito.

Para apresentar este trabalho a uma audiência mais ampla, que envolva todos os sectores da construção, a Comissão vai organizar uma conferência em Bruxelas, a 25 de Junho, intitulada «Eurocódigos, códigos de construção para a Europa». Esta conferência abordará circunstanciadamente os benefícios, conteúdo, aplicação, aspectos práticos e organização do trabalho de projecto.

A nova série é a última fase de um processo que já vem de 1984, quando a Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, elaborou um primeiro conjunto de Eurocódigos. Cinco anos mais tarde, a responsabilidade pela elaboração e publicação destas normas foi transferida para o CEN e assumiram o estatuto de normas europeias.

continua na pág. 18

continuação da pág. 17

Posteriormente o CEN desenvolveu uma série de «pré-normas», que foram completadas em 1998, tendo essas normas sido definidas de modo a que os Estados-Membros pudessem ser autorizados a alterar muitas das regras e dos valores numéricos.

Desde 1998, o CEN tem estado a converter estas pré-normas em «Normas Europeias NE». Este processo implica melhorar a formulação dos modelos e reduzir o âmbito das variações nacionais, que agora são conhecidas por «Parâmetros determinados a nível nacional».

A conferência destina-se a proporcionar aos participantes a oportunidade de discutir e partilhar experiências sobre a utilização e o acesso aos Eurocódigos.

Todos os participantes irão receber mais informações sobre o programa da conferência e receberão a confirmação da inscrição.

PASCAL BAR

@ CONTACTO:

Pascal.Bar@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
[europa.eu.int/comm/
enterprise/construction/
index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/construction/index.htm)

Mais tamanhos normalizados! Maior escolha!

A legislação comunitária de pré-embalagem sobre tamanhos normalizados está a ser revista. Para avaliar a reacção a eventuais novas regras para produtos vendidos em pacotes ou recipientes, a Comissão organizou um inquérito Eurobarómetro para auscultar a opinião pública sobre a liberalização ou a normalização do tamanho das embalagens.



O inquérito indagou a experiência geral dos consumidores com produtos empacotados e engarrafados vendidos em lojas e supermercados.

A maior parte dos inquiridos não se opõe à venda de produtos concorrentes em quantidades diferentes. E também não têm problemas com a leitura da quantidade ou do volume indicado, embora cerca de metade dos inquiridos com mais de 55 anos tenha admitido ter dificuldades em decifrar tais informações.

Os preços unitários facilitam a comparação do custo de pacotes com diferentes quantidades e são exigidos por lei na maioria dos grandes estabelecimentos. Dois terços dos inquiridos (especialmente entre 25 e 55 anos) querem saber o preço por litro ou por quilo dos produtos que compram. Quase metade (46%) diz que muitas vezes olha para a indicação do preço unitário.

Uma conclusão patente é que uma maioria substancial (80%) dos inquiridos gostaria que os produtos fossem vendidos em pacotes e garrafas de tamanho mais normalizado. Para 15%

trata-se de uma «excelente ideia», enquanto 65% considera que é uma «boa ideia».

Por outro lado, cerca de metade das pessoas que responderam ao inquérito não aprecia o facto – e este sentimento foi particularmente forte entre os jovens – de os tamanhos normalizados obrigarem a comprar grande quantidade ou muito pouco.

A conclusão óbvia a retirar do inquérito é que os consumidores aceitam os tamanhos normalizados, mas não em detrimento de uma redução da escolha. Quando os tamanhos são normalizados, gostariam de ver nos estabelecimentos um leque suficiente de opções que lhes permita seleccionar os produtos, em função das suas necessidades específicas.

O inquérito sondou ainda que membro da família se encarregava das compras para casa. Os resultados confirmaram que continuam a ser principalmente as mulheres, havendo apenas 23% de homens que assumem essa responsabilidade.

Verificam-se, porém, diferenças a nível nacional. Na Áustria, onde nasceu a estrela de cinema Arnold Schwarzenegger, apenas 12% dos homens fazem as compras, e em Espanha e na Grécia também abundam os «machos». No entanto, no Reino Unido de James Bond, 40% dos homens empurram o carrinho das compras. Mas na UE é apenas a Finlândia o país que apresenta uma quase igualdade, com 48% dos homens a fazerem as compras para casa.

DANIEL HANEKUYK

@ CONTACTO:

Daniel.Hanekuyk@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
europa.eu.int/comm/enterprise/prepack

Melhores medicamentos para as crianças

Mais de metade dos medicamentos ministrados aos 75 milhões de crianças da Europa nunca foram ensaiados especificamente para elas. Atendendo a este problema, a Comissão Europeia apresentou um documento de consulta com ideias para assegurar que os medicamentos, tanto os existentes como os novos, são adaptados às necessidades pediátricas com a maior eficiência de recursos possível para a sociedade.

Para incentivar as empresas farmacêuticas a estudar, ensaiar e adaptar medicamentos para crianças, o documento menciona incentivos possíveis, como um maior período de protecção dos direitos de propriedade intelectual para recompensar a pesquisa de medicamentos inovadores. Lança também a ideia de um novo tipo de licença de comercialização que atribuiria direitos de propriedade intelectual a novas utilizações pediátricas de produtos antigos.

Outra sugestão seria introduzir a obrigação de as empresas realizarem estudos pediátricos como requisito da autorização de comercialização, a menos que o medicamento não fosse susceptível de utilização para crianças.

O principal objectivo é assegurar uma informação transparente, com a Comissão a sugerir igualmente a criação de uma base de dados comunitária, acessível centralmente, com informações sobre estudos clínicos relevantes e outros sobre produtos medicinais aprovados especificamente para crianças.

O documento salienta que o trabalho de desenvolvimento e ensaio de medicamentos específicos para crianças precisa de ser supervisionado por reguladores especializados. Para isso

sugere a criação de um grupo de trabalho especializado na Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos, sediada em Londres.

Também poderia ser criada uma rede paneuropeia de pediatras e investigadores com formação especializada para garantir o nível mais elevado de protecção ética, a associação de conhecimentos, promoção da cooperação e prevenção de duplicações.

O documento sublinha que medidas de incentivo idênticas aprovadas nos EUA já conduziram à realização de mais de 400 estudos e alterações relativamente a mais de 20 medicamentos, traduzindo uma melhor informação sobre a utilização específica nas crianças.

Reconhecendo a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre incentivos e obrigações regulamentares, o documento da Comissão tem por objectivo lançar um debate entre os diferentes grupos interessados sobre meios de fornecer mais e melhores medicamentos para crianças. O resultado desta consulta irá servir de base à elaboração de legislação até ao final do ano. ≡

EMER COOKE

@ CONTACTO:

paed-consultation@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
pharmacos.eudra.org/F2

Dirigentes de empresas e normas internacionais

Um diálogo regular entre dirigentes europeus de empresas e os seus homólogos de outras regiões do mundo proporciona à comunidade empresarial uma plataforma para apresentar recomendações aos governos e aos responsáveis políticos da UE sobre matérias de interesse mútuo. Normas, regulamentos técnicos e avaliações de conformidade são temas frequentes quando os directores de empresas procuram melhorias de acesso ao mercado e regimes de simplificação das empresas

Estes temas são objecto de um tratamento destacado no Diálogo Empresarial Transatlântico, que já vai no seu oitavo ano, e em fóruns empresariais mais recentes, como o Fórum Empresarial Mercosul-União Europeia, a Mesa-redonda de Industriais UE-Rússia, o Fórum Empresarial Ásia-Europa e a Mesa-redonda do Diálogo Empresarial UE-Japão.

Os governos dão atenção às ideias que emergem destes diálogos e à máxima de «uma norma, um ensaio aceite em todo o lado». Quando associam normas e procedimentos de avaliação de conformidade à legislação técnica, os governos devem respeitar o Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as barreiras técnicas ao comércio.

Os acordos bilaterais e regionais da UE em matéria de comércio livre também devem ser tidos em conta, tal como os acordos de reconhecimento mútuo negociados com os principais parceiros comerciais da Europa. Estes acordos permitem que os produtos das empresas sejam ensaiados internamente tendo em conta os requisitos do mercado de exportação visado.

Muitas das empresas que participam nos diálogos empresariais participam activamente em actividades de normalização europeias e internacionais, uma vez que as mesmas são voluntá-



O Mercosul constitui um exemplo de como as negociações governamentais sobre comércio, o diálogo entre comunidades empresariais e a cooperação em matéria de normalização podem ser mutuamente benéficos. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estão a incentivar a cooperação regional e a construir um mercado comum entre si, embora estejam também a negociar uma zona de comércio livre com a UE.

O Fórum Empresarial Mercosul-União Europeia (FEMUE) reúne empresários de ambas as regiões e aumenta a dinâmica das negociações, propondo formas de melhorar as condições comerciais. O acordo de cooperação existente entre a Associação de Normalização do Mercosul (AMN) e o CEN e CENELEC pode ajudar a harmonizar normas entre os quatro países da América do Sul e a alinhá-las o mais possível pelas normas europeias e internacionais. Isto facilita o comércio e os contratos públicos tanto no interior do Mercosul como com a UE.

Apesar das dificuldades financeiras da Argentina, os dirigentes de empresas debaterão normas, regulamentos técnicos e questões de avaliação da conformidade na próxima reunião do FEMUE, que se realizará em 15 e 16 de Maio de 2002 em Madrid, em paralelo com a cimeira UE-América Latina e Caraíbas, que se realizará durante a Presidência espanhola da UE.

rias e orientadas para a indústria. Portanto, uma cooperação estreita entre a organização privada de normas europeias, o Comité Europeu de Normalização (CEN), o seu organismo-gémeo, o Comité Europeu de Normalização Electrotécnica (CENELEC), o Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações e organizações semelhantes noutras regiões do mundo podem contribuir para evitar obstáculos ao comércio nesta área e para divulgar e transferir tecnologias.

Isto é muito importante, uma vez que a cooperação empresarial em matéria de normas pode criar sinergias com negociações separadas entre os governos neste domínio. ■

CHRISTINE BERG

@ CONTACTO:

Entr-Standardisation@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
<http://mebf.repsol-ypf.com>

Para uma Europa mais competitiva



Fabio Colasanti,
Director-Geral da
Empresa, presidindo ao
debate sobre a com-
petitividade europeia.

zado no final de Janeiro em Bruxelas pela DG da Empresa. Este desafio foi sublinhado por Fabio Colasanti, Director-Geral da Empresa, que indicou que os objectivos de Lisboa exigiam um crescimento económico anual de 3%, superior ao que a União está actualmente a registar.

Foi dada especial atenção às possibilidades de aumentar o contributo que a inovação pode fornecer para o crescimento da competitividade. Um orador salientou a necessidade de incentivar uma ligação mais estreita entre ciência e indústria e entre investigadores, empresas, responsáveis políticos e o sector financeiro. Outro, explicando a sequência invenção-inovação-divulgação, salientou a importância do estádio final e exigiu políticas para acelerar a implementação da inovação de processos e do marketing de novos produtos.

Erkki Liikanen, Comissário para a Empresa, identificou quatro domínios essenciais em que são necessárias mais acções da UE para aumentar a competitividade: desenvolver o eEurope, incluindo os contratos públicos electrónicos; incentivar o espírito empresarial; fomentar a investigação e a actividade de inovação; e criar um quadro adequado para o sector da biotecnologia.

São precisas mais reformas para a União criar condições para atingir as taxas anuais de crescimento económico necessárias para colmatar a diferença de riqueza com os EUA e alcançar os objectivos estabelecidos há dois anos pelo Conselho Europeu de Lisboa. Foi esta uma das conclusões centrais de um debate sobre o Relatório de 2001 relativo à Competitividade Europeia, organi-

TELECARREGAMENTO...
[europa.eu.int/comm/enterprise/
events/competitiveness_2002/
index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/events/competitiveness_2002/index.htm)

PECA: actualização dos acordos de promoção do comércio

A Polónia solicitou formalmente a abertura de negociações sobre um Protocolo ao Acordo Europeu que estabelece o quadro global para as relações de pré-adesão entre a UE e os países candidatos. Este PECA* ajudará a criar um mercado único alargado para alguns produtos industriais antes de o país aderir à União. Na sequência deste pedido, a Comissão está a organizar uma missão de inquérito a Varsóvia.

No caso da Hungria e da República Checa, cujos PECA entraram em vigor no ano passado (ver Empresa

Europa nº 4), o anexo relativo às Boas Práticas de Fabrico de Produtos Medicinais iniciou a fase operacional no final de 2001. Estes dois países também propuseram a inclusão de novos sectores industriais nos acordos em vigor.

Verificaram-se progressos nas conversações com a Eslováquia e a Eslovénia. Foi realizada uma segunda ronda de negociações com a Eslováquia em Dezembro último e é provável que num futuro próximo seja assinado um PECA. Durante uma primeira ronda de negociações com

a Eslovénia, também em Dezembro, foi alcançado um acordo sobre um futuro programa de trabalho que abre caminho à assinatura de um PECA nos próximos meses. ≡

MARIA MARINI

@ CONTACTO:

Maria.Marini@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
[http://europa.eu.int/comm/
enterprise/regulation/pecas/
pecas.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/pecas/pecas.htm)

* Protocolos aos Acordos Europeus sobre a Avaliação da Conformidade e Aceitação de Produtos Industriais.

Desenvolver a rede de Euro Info Centros

Desde o início do ano que os cerca de 200 Euro Info Centros (EIC) situados nos Estados-Membros têm estado envolvidos num novo projecto, intitulado «Acção de Feedback dos EIC» e destinado a ajudar a comunidade empresarial. Cada Centro gere uma base de dados em linha com informações sobre os obstáculos ao mercado interno que as empresas têm de enfrentar e estas são incitadas a comunicar ao EIC local todas as dificuldades que se lhes deparam. Esta comunicação é registada e posteriormente analisada pela Comissão Europeia.

O programa baseia-se na experiência da rede de EIC obtida a partir de um projecto anterior e de menor dimensão – «Mecanismo de Feedback das Empresas» – lançado pela Comissão em Abril de 2000. Utilizando os serviços de 41 EIC, este projecto registou mais de 15 000 perguntas de empresas sobre o



mercado interno e outras políticas da UE. Atendendo ao seu êxito, a Comissão decidiu alargar o projecto para a sua dimensão actual.

A iniciativa deverá ter impacto no processo global de tomada de decisões da UE. A base de dados é acessível a todos os serviços da Comissão, permitindo-lhes que identifiquem as necessidades e preocupações das PME. É igualmente um dos passos para melhorar a governança euro-

peia e deverá dar maior coerência ao tratamento pela Comissão de grupos-alvo, como a comunidade empresarial. ≡

TELECARREGAMENTO...
europa.eu.int/comm/enterprise/networks/eic/eic.html

Novas regras para os atrasos de pagamentos

Todos os anos as empresas da União Europeia perdem cerca de 450 000 postos de trabalho por causa de atrasos nos pagamentos. Além disso, perdem-se 23,6 mil milhões de euros de créditos devido a casos de insolvência. Em Agosto entrará em vigor nova legislação para combater os atrasos nos pagamentos em operações comerciais (ver Empresa Europa nº 1), que vai ajudar a resolver a situação extremamente precária das pequenas empresas. As PME beneficiarão do direito legal a cobrar juros 30 dias após a data da factura, salvo se o contrato tiver estipulado outro prazo de paga-

mento. No entanto, se o prazo de pagamento for claramente injusto para o credor, o acordo não é passível de execução.

Não será necessária qualquer carta de insistência para a cobrança dos juros de mora, uma vez que os atrasos de pagamentos constituem em si mesmo uma violação do contrato, que deve ser sancionada automaticamente. Em relação a algumas categorias de contratos os Estados-Membros poderão estabelecer um prazo de 60 dias, em vez dos 30 dias, a partir do qual os juros começam a vencer.

A Comissão elaborou um folheto informativo em que indica as principais características da directiva. Destina-se principalmente às entidades que mais provavelmente beneficiarão das novas regras. Está disponível em todas as línguas comunitárias e pode ser descarregado do sítio Web da Comissão.

@ CONTACTO:
entr-regul-coord-mra@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
europa.eu.int/comm/enterprise/regulation/late_payments/index.htm

Publicações

Um livro de bolso com indicadores da política da empresa

Este volume prático recolhe uma série de indicadores do painel de avaliação da empresa de 2001 e elabora perfis de competitividade dos Estados-Membros. Identifica e classifica os seus pontos fortes e fracos em termos de competitividade.

ISBN 92-894-2091-X

Telecarregamento:

europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/competitiveness/index.htm

Parcerias tecnológicas com países candidatos

Este número especial de Focus Supplements do CORDIS é dedicado à I&D, inovação e alargamento da União Europeia. Antecipa o novo tipo de parcerias tecnológicas e de investigação em que participam países candidatos e destina-se a promover a sua participação nos programas-quadro de investigação da União e no Espaço Europeu de Investigação e Inovação.

Esta publicação será útil para as empresas e organizações empresariais dos Estados-Membros interessadas em envolver futuros membros da UE nas suas actividades de I&D. Faz a descrição de casos e dá exemplos de projectos e de resultados exploráveis da participação dos países candidatos em projectos de investigação da União.

Podem ser solicitados exemplares gratuitos para:
innovation@cec.eu.int

Telecarregamento:

www.cordis.lu/fp5/enlargement.htm
www.cordis.lu/focus
www.cordis.lu/news



Relatório Best dos Países Candidatos

Os países candidatos à adesão à UE estão a fazer progressos constantes para atingir as metas da política de empresa em várias áreas: redução do tempo necessário para matricular uma empresa, educação e formação de empresários e criação de nichos de empresas. Mas o acesso ao financiamento ainda é um problema para as PME, segundo o novo relatório.

Esta publicação examina 200 medidas de promoção do espírito empresarial e da competitividade adoptadas pelas autoridades dos países candidatos, comunidades empresariais e outros organismos como universidades, centros de investigação e de tecnologia e agências de desenvolvimento regional. O seu objectivo é ajudar as empresas públicas e privadas e peritos em política empresarial a identificar os instrumentos e as melhores práticas para adaptarem às suas circunstâncias específicas.

Relatório sobre as medidas dos países candidatos para promover o espírito empresarial e a competitividade, vols. I e II (SEC (2001) 2054 de 20.12.2001).

Telecarregamento:

europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/enlargement/best.htm

Agenda

Impacto da nova política das substâncias químicas, Bruxelas, 21 de Maio de 2002

Nesta Conferência serão apresentados os resultados de um estudo do impacto do Livro Branco sobre a Estratégia para a futura política em matéria de substâncias químicas

Contacto:

Mikael.Garellick@cec.eu.int
Informações: europa.eu.int/comm/enterprise/chemicals/conference/conference2/index.htm

Eurocódigos, códigos de construção para a Europa, Bruxelas, 25 de Junho de 2002

Esta conferência apresenta as novas normas Eurocódigos sobre as regras estruturais de projectos para o sector da construção (ver artigo na pág. 17).

Informações:

Mikael.Garellick@cec.eu.int
Details: europa.eu.int/comm/enterprise/chemicals/conference/conference2/index.htm

Seminário europeu sobre a transferência de empresas, Viena, 23-24 de Setembro de 2002

Este seminário pretende analisar como a legislação pode ter um papel positivo nas transferências de empresas. Haverá apresentações sobre medidas nacionais recentes em matéria legal, fiscal e administrativa e grupos de discussão analisarão o impacto da legislação nas transferências de empresas, medidas para aumentar a sensibilização e o apoio quando as empresas passam para novos proprietários. Organizada em conjunto pela Comissão e pelo Ministério da Economia e do Trabalho da República Austríaca, o seminário apresentará igualmente o relatório final do grupo de peritos sobre transferências de empresas elaborado em 2000.

Details:

www.transferofbusinesses.at

Empresa EUROPA

7

Na Web

A Direcção-Geral da Empresa publicou o programa de subvenções para 2002, que pode ser consultado no sítio da DG na Internet, na rubrica 'Oportunidades de financiamento'. Está disponível a lista de temas do programa com uma breve descrição e as datas previstas para o lançamento dos convites para apresentação de propostas. Depois dos convites específicos para apresentação de propostas serão disponibilizados os documentos e informações necessários para apresentação das candidaturas (texto do concurso, formulários de candidatura, instruções, acordo-tipo e condições gerais).

europa.eu.int/comm/enterprise/funding/grants/themes_2002/index.htm

CONSULTAS EMPRESA

Deixe-nos beneficiar das suas ideias, críticas e experiência. Visite-nos em europa.eu.int/comm/enterprise/consultations/index.htm

* * *

A SUA VOZ NA EUROPA

Veja outras consultas da Comissão, mecanismos de *feedback*, fóruns *web*, conversas em linha e os procedimentos de denúncia em «A sua voz na Europa». europa.eu.int/yourvoice/

* * *

SEJA UM DOS NOSSOS COLABORADORES PRINCIPAIS

Os parceiros de consulta formais ou estruturais da Comissão estão indicados na base de dados CONECCS (Consulta, Comissão Europeia e Sociedade Civil), em europa.eu.int/comm/civil_society/coneccs/index_en.htm



* * *



SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS
DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

L-2985 Luxembourg

NB-BH-02-007-PT-C